



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Combater e reprimir o trabalho ilegal

Segundo os dados da PSP, em Maio deste ano, a PSP e a DSAL inspeccionaram, através de acções conjuntas, 396 locais e interceptaram 54 suspeitos de trabalho ilegal¹. Segundo as informações divulgadas, as autoridades realizam constantemente operações de combate ao trabalho ilegal e divulgam periodicamente as informações, o que, em termos de continuidade e transparência, corresponde às expectativas da sociedade. No entanto, o combate consiste essencialmente em inspecções aos estaleiros, edifícios privados, e estabelecimentos comerciais e industriais, portanto, dificilmente consegue produzir maior eficácia em relação aos casos de trabalho ilegal sem local nem horário fixos.

Veja-se o exemplo da prestação de serviços de fotografia por parte de não residentes. Com a recuperação do turismo, o número de visitantes aumenta constantemente, e segundo alguns residentes, é frequente a publicidade sobre “marcação de serviços de fotografia em Macau” ou “fotógrafos disponíveis para prestar serviços em Macau” nas plataformas sociais da China, e estes serviços contam com equipas de fotografia e também com estudantes da China que estudam em Macau. As autoridades afirmam que estão muito atentas à situação e que tomaram a iniciativa quer de recorrer a vários meios para recolher informações quer de destacar

¹ Portal do Governo da RAEM da República Popular da China: “Dados estatísticos relativos às operações de combate aos trabalhadores ilegais no mês de Maio de 2024”, 20 de Junho de 2024, <https://www.gov.mo/pt/noticias/720348/>.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

peçoal para inspeccionar os estabelecimentos e os pontos turísticos. Porém, segundo os dados, entre 2023 e Abril de 2024, só foram instaurados três processos de acompanhamento às referidas actividades ilícitas envolvendo sete não residentes, os quais acabaram por ser punidos pela violação da Lei da contratação de trabalhadores não residentes e do Regulamento sobre a Proibição do Trabalho Ilegal². Isto mostra que não se consegue reprimir eficazmente a situação, e a publicidade continua a surgir constantemente em diferentes plataformas.

Há titulares da licença de condução especial que se aproveitam das facilidades nas deslocações entre duas regiões, e exercem ilegalmente a actividade de transporte, e como esta não implica um local fixo, é difícil a intercepção durante as inspecções. O trabalho ilegal continua e é cada vez mais diversificado, prejudicando os legítimos direitos e interesses quer do sector em causa quer dos trabalhadores locais, e quebrando o estado de direito de Macau. O Governo deve elevar a eficácia das diversas vertentes do seu trabalho, por exemplo, a capacidade de descoberta de casos, a intensidade do combate e os meios sancionatórios.

Assim, interpelo sobre o seguinte:

1. O trabalho ilegal surge constantemente e assume diferentes formas, incluindo o uso de vistos turísticos para prestar serviços de fotografia em Macau, com recurso a pretextos como, por exemplo, “estar com amigos” ou “tirar fotos entre amigos”, para contornar a lei. Para além das inspecções aos estabelecimentos em que é fácil detectar casos de trabalho ilegal, por exemplo, na construção civil, transportes e

² Assembleia Legislativa da RAEM da República Popular da China: Resposta à interpelação escrita sobre “Reforçar a fiscalização, a execução e o melhoramento da lei para reprimir o trabalho ilegal” (DSAL), <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2024-06/63945665d2cad7d3b7.pdf>.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

restauração, de que medidas dispõem as autoridades para reforçar a execução da lei por parte dos inspectores e aumentar a eficácia do respectivo combate? Perante a constante publicidade a serviços envolvendo não residentes, em relação aos quais não se sabe a data exacta da sua prestação, que medidas têm as autoridades para o seu acompanhamento e combate eficaz?

2. Quanto ao exercício ilegal das funções de motorista por parte de titulares da licença de condução especial, como estes não têm um local de trabalho fixo, é difícil a interceptação durante as inspecções. Segundo as informações das autoridades, nas 1487 operações de combate ao trabalho ilegal realizadas em 2023 e nos primeiros cinco meses de 2024, foram interceptados apenas cinco titulares da licença de condução especial que exerciam ilegalmente tais funções³, portanto, os resultados estão aquém das expectativas da sociedade. Para além das operações "STOP", reforço das inspecções, verificação de habilitações de condutores durante acidentes de viação e realização de inspecções especiais a veículos comerciais, que outras medidas eficazes têm as autoridades para acabar com esta situação persistente? A fim de elevar a precisão na descoberta de factos criminosos e possibilitar a recolha atempada e ampla das respectivas informações, vai ser alargada a rede de comunicação comunitária?

3. O Regulamento sobre a Proibição do Trabalho Ilegal entrou em vigor há mais de vinte anos, e a economia local e a situação do emprego registaram mudanças significativas, portanto, há quem defenda o aumento das multas, para reforçar os

³ Assembleia Legislativa da RAEM da República Popular da China: Resposta à interpelação escrita sobre "Reforço do combate ao uso abusivo da licença especial de condução para o exercício de trabalho ilegal" (DSAL), <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2024-07/821836684d0fcd8d01.pdf>.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

efeitos dissuasores. Quanto ao aperfeiçoamento do regime jurídico relativo ao trabalho ilegal, as autoridades afirmaram que iam continuar a prestar atenção à execução dos respectivos diplomas e a auscultar as opiniões e sugestões dos sectores sociais, com vista a uma ponderação prudente sobre a matéria em conjugação com a realidade local². Então, já planearam lançar uma consulta pública, para recolher as opiniões das diversas partes envolvidas? A fim de acabar com o trabalho ilegal e garantir os legítimos direitos e interesses dos trabalhadores locais, vão estudar o aumento das multas para reforçar os efeitos dissuasores?

10 de Julho de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Leong Wong